

INDICADOR FEDERATIVO¹

INDICADORES FISCAIS DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO NO PERÍODO 2020-2021

1 INDICADOR DE ENDIVIDAMENTO

Este indicador representa a parcela da dívida pública consolidada em relação à receita corrente líquida (RCL) – somatório da arrecadação tributária menos as transferências constitucionais e legais. A tabela 1 apresenta os valores do indicador para setembro de 2020 e março e setembro de 2021, assim como as variações entre esses períodos. Entre setembro de 2020 e setembro de 2021, o endividamento estadual caiu em todas as regiões, sendo a maior queda em termos relativos observada na região Norte (-54,2%). Apenas nos estados do Pará e do Rio Grande do Norte foram observados aumentos no indicador durante o período. Os estados com os maiores valores em setembro de 2021 são, por ordem decrescente, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

TABELA 1

Endividamento = dívida pública consolidada/RCL¹

(Em %)

	2020		2021		Variação entre setembro de 2020 e setembro de 2021	Variação entre março e setembro de 2021
	Setembro	Março	Março	Setembro		
Região Norte	9,1	7,2	4,2	4,2	-54,2	-41,9
Acre	50,9	42,7	36,2	36,2	-28,9	-15,1
Amapá	-51,2	-45,1	-45,2	-45,2	11,7	-0,3
Amazonas	21,8	16,8	15,5	15,5	-28,8	-7,7
Pará	5,8	9,5	9,5	9,5	64,9	0,0
Rondônia	12,7	6,6	-4,3	-4,3	-133,7	-164,6
Roraima	-69,4	-64,7	-66,0	-66,0	5,0	-2,0
Tocantins	45,3	34,9	25,9	25,9	-42,9	-25,9
Região Nordeste	52,4	48,5	39,8	39,8	-24,0	-18,0
Alagoas	91,6	77,1	63,6	63,6	-30,6	-17,5
Bahia	66,2	56,8	41,1	41,1	-38,0	-27,7
Ceará	69,3	68,3	63,3	63,3	-8,7	-7,4
Paraíba	14,3	3,7	-4,6	-4,6	-132,0	-224,5
Pernambuco	57,5	56,4	45,1	45,1	-21,5	-20,0

(Continua)

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua26art13>

(Continuação)

	2020	2021		Variação entre setembro de 2020 e setembro de 2021	Variação entre março e setembro de 2021
	Setembro	Março	Setembro		
Rio Grande do Norte	24,3	30,1	26,3	8,4	-12,7
Sergipe	61,9	58,7	56,5	-8,8	-3,8
Região Centro-Oeste	43,6	37,8	30,6	-29,7	-18,9
Distrito Federal	34,5	35,2	31,1	-10,1	-11,7
Goiás	79,9	73,0	68,1	-14,7	-6,6
Mato Grosso	9,3	0,2	-11,4	-222,5	-4860,0
Mato Grosso do Sul	42,3	30,1	19,9	-53,0	-34,0
Região Sudeste	209,7	194,5	164,2	-21,7	-15,6
Espírito Santo	9,9	7,6	5,6	-43,2	-26,0
Minas Gerais	207,2	190,6	167,0	-19,4	-12,4
Rio de Janeiro	322,8	298,8	219,6	-32,0	-26,5
São Paulo	189,1	177,4	155,0	-18,0	-12,6
Região Sul	116,3	108,7	93,1	-20,0	-14,4
Paraná	24,2	15,1	8,8	-63,7	-41,8
Santa Catarina	56,2	52,3	39,5	-29,7	-24,5
Rio Grande do Sul	250,0	237,5	202,5	-19,0	-14,7
Total Brasil²	122,6	113,4	97,0	-20,9	-14,5

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

Notas: ¹ Valores mensais da RCL acumulados em doze meses. Dados da RCL estimados com base nos Relatórios de Gestão Fiscal dos governos estaduais.

² Refere-se ao somatório de todas as regiões.

Obs.: Para as três primeiras colunas numéricas, (-) = posição credora.

2 INDICADOR DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O indicador é uma medida da parcela das despesas com juros da dívida em relação à RCL. De maneira geral, comparando as variações ocorridas em doze meses, na penúltima coluna da tabela 2, o indicador se mostrou decrescente nas escalas estadual, regional e nacional no período entre setembro de 2020 e setembro de 2021. As exceções foram os estados do Tocantins e de Goiás, onde houve aumento nos valores do indicador. As maiores quedas foram observadas na região Norte, nos estados de Roraima, de Rondônia e do Amapá.

TABELA 2

Serviço da dívida = serviço da dívida (juros)/RCL¹

(Em %)

	2020	2021		Variação entre setembro de 2020 e setembro de 2021	Variação entre março e setembro de 2021
	Setembro	Março	Setembro		
Região Norte	0,7	0,2	0,1	-87,8	-66,3
Acre	3,1	2,5	1,3	-57,1	-45,2
Amapá	1,1	-0,1	-0,8	-174,4	-448,1
Amazonas	0,9	0,7	0,6	-36,7	-12,4
Pará	0,4	0,3	0,2	-52,9	-25,6
Rondônia	0,5	-0,3	-0,6	-216,4	-98,0
Roraima	-0,2	-1,0	-1,8	-835,1	-78,4
Tocantins	-0,5	-0,6	0,2	146,6	137,7

(Continua)

(Continuação)

	2020	2021		Variação entre setembro de 2020 e setembro de 2021	Variação entre março e setembro de 2021
	Setembro	Março	Setembro		
Região Nordeste	1,9	1,4	1,1	-40,4	-20,7
Alagoas	3,9	2,3	1,8	-54,5	-20,9
Bahia	2,0	1,7	1,1	-44,7	-34,3
Ceará	2,8	2,4	2,0	-26,2	-14,3
Maranhão	1,4	0,8	0,4	-70,9	-51,2
Paraíba	0,6	0,1	-0,3	-143,2	-443,7
Pernambuco	1,8	1,3	1,4	-21,2	5,1
Piauí	1,2	0,7	0,7	-39,6	0,0
Rio Grande do Norte	0,9	1,0	0,9	0	-13,2
Sergipe	1,6	1,1	0,8	-50,9	-24,9
Região Centro-Oeste	2,8	2,7	2,4	-16,3	-12,4
Distrito Federal	0,7	0,5	0,4	-42,0	-16,2
Goiás	6,6	7,3	6,8	3,5	-7,2
Mato Grosso	1,1	0,4	0,0	-100,0	-100,0
Mato Grosso do Sul	2,0	1,0	0,6	-68,8	-38,2
Região Sudeste	9,3	7,8	6,7	-28,0	-14,8
Espírito Santo	1,2	0,6	0,3	-76,8	-56,4
Minas Gerais	10,4	8,9	8,6	-17,4	-3,9
Rio de Janeiro	17,9	19,0	14,1	-21,0	-25,7
São Paulo	6,5	4,1	3,4	-48,3	-18,4
Região Sul	4,3	2,7	2,2	-48,9	-18,3
Paraná	0,8	0,2	0,0	-100,0	-100,0
Santa Catarina	2,0	1,3	1,2	-38,1	-9,9
Rio Grande do Sul	9,5	6,1	4,9	-48,9	-20,4
Total Brasil²	5,3	4,3	3,7	-30,4	-14,1

Fonte: BCB.

Notas: ¹ Valores mensais dos juros da dívida e da RCL acumulados em doze meses. Dados da RCL estimados com base nos Relatórios de Gestão Fiscal dos governos estaduais.

² Refere-se ao somatório de todas as regiões.

3 INDICADOR DA PARCELA DO RESULTADO PRIMÁRIO QUE SERVE À DÍVIDA

Este indicador é calculado pela razão entre a necessidade de financiamento (despesas não financeiras menos as receitas não financeiras) e a despesa com juros da dívida. Um valor positivo (negativo) do indicador representa um aumento (abatimento) no estoque da dívida. Considerando os sinais dos valores nos meses avaliados, o resultado primário se mostrou favorável à redução do endividamento nas cinco regiões em 2021. Apenas os estados do Pará, do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal registraram déficits primários em março e setembro de 2021.

TABELA 3

Resultado primário que serve à dívida = necessidade de financiamento/serviço da dívida (juros)¹

(Em %)

	2020	2021		Variação entre setembro de 2020 e setembro de 2021	Variação entre março e setembro de 2021
	Setembro	Março	Setembro		
Região Norte	-1602,5	-4363,1	-4512,4	-181,6	-3,4
Acre	-541,9	-768,4	-707,7	-30,6	7,9
Amapá	-1105,3	-4629,4	-647,6	41,4	-86,0
Amazonas	-1570,0	-2507,8	-631,6	59,8	74,8
Pará	-511,1	24,3	2037,9	498,7	8297,4
Rondônia	-2174,5	-4372,2	-2511,5	-15,5	42,6
Roraima	-12992,7	-1354,2	-209,4	98,4	84,5
Tocantins	-2698,7	-3103,2	-5867,7	-117,4	-89,1
Região Nordeste	-243,3	-446,7	-573,6	-135,8	-28,4
Alagoas	-62,7	-290,6	-295,6	-371,2	-1,7
Bahia	-259,0	-739,8	-1323,1	-410,9	-78,9
Ceará	-62,2	-92,9	41,4	166,5	144,5
Maranhão	-1129,3	-1002,5	-829,5	26,5	17,3
Paraíba	-2889,0	-27126,9	-6601,5	-128,5	75,7
Pernambuco	-121,6	-444,9	-394,5	224,4	-11,3
Piauí	312,5	775,1	-263,0	-184,2	-133,9
Rio Grande do Norte	-204,1	289,0	475,7	333,0	64,6
Sergipe	257,8	447,2	-57,9	-122,5	-113,0
Região Centro-Oeste	-392,8	-363,1	-319,0	18,8	12,1
Distrito Federal	-247,5	1350,7	905,8	466,0	-32,9
Goiás	-174,7	-144,6	-37,3	78,6	74,2
Mato Grosso	-1449,2	-4615,3	-77531,7	-5449,9	-1779,9
Mato Grosso do Sul	-948,0	-2339,6	-3124,1	229,5	33,5
Região Sudeste	-57,7	-101,8	-208,0	-260,6	-104,2
Espírito Santo	-108,8	-779,4	-1064,1	-877,7	-36,5
Minas Gerais	5,9	-84,8	-159,4	-2822,9	-88,1
Rio de Janeiro	-42,1	0,0	-77,9	-85,1	-100,0
São Paulo	-113,7	-272,3	-481,6	-323,4	-76,9
Região Sul	25,0	-196,2	-334,9	-1441,1	-70,7
Paraná	301,4	-7040,2	-27194,2	-9921,7	-286,3
Santa Catarina	-534,6	-846,2	-762,9	-42,7	9,8
Rio Grande do Sul	86,4	73,9	-53,7	-162,1	-172,7
Total Brasil²	-101,1	-177,2	-259,3	-156,4	-46,3

Fonte: BCB.

Notas: ¹ Valores mensais dos resultados primários e dos juros da dívida acumulados em doze meses.² Refere-se ao somatório de todas as regiões.

Obs.: Para as três primeiras colunas numéricas, (-) = superávit.

4 ÍNDICE DE VULNERABILIDADE FISCAL

Índice ponderado dos indicadores de endividamento (peso de 50%), do serviço da dívida (peso de 30%) e do resultado primário servindo à dívida (peso de 20%). Esse índice é uma adaptação resumida da metodologia utilizada pelo Ministério da Fazenda, entre 2012 e 2017, para a análise da capacidade de pagamento e da contrapartida para a concessão de aval e de garantia da União a estados, Distrito Federal e municípios.

Em termos gerais, no período entre setembro de 2020 e setembro de 2021, o Índice de Vulnerabilidade Fiscal (IVF) apresentou decréscimo nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. Os estados que tiveram os maiores crescimentos relativos na vulnerabilidade fiscal foram Distrito Federal, Pará, Rio Grande do Norte, Goiás e Ceará. Os estados onde foram observadas as maiores reduções em termos relativos foram Paraná, Mato Grosso, Bahia e Pernambuco. O indicador aponta situação fiscal crítica (dado por IVF > 100) em setembro de 2021 nos estados do Distrito Federal, do Pará e do Rio Grande do Norte.

TABELA 4
Índice de Vulnerabilidade Fiscal

	2020	2021		Variação entre setembro de 2020 e setembro de 2021	Variação entre março e setembro de 2021
	Setembro	Março	Setembro		
Região Norte	-315,7	-869,0	-900,4	-185,2	-3,6
Acre	-82,0	-131,6	-123,0	-50,1	6,5
Amapá	-246,3	-948,5	-152,4	38,1	83,9
Amazonas	-302,8	-493,0	-118,4	60,9	76,0
Pará	-99,2	9,7	412,4	515,6	4155,2
Rondônia	-428,4	-871,2	-504,6	-17,8	42,1
Roraima	-2633,3	-303,5	-75,4	97,1	75,2
Tocantins	-517,2	-603,4	-1164,8	-125,2	-93,0
Região Nordeste	-21,9	-64,6	-94,5	-331,3	-46,2
Alagoas	34,4	-18,9	-26,8	-177,8	-41,8
Bahia	-18,1	-119,0	-243,8	-1247,3	-104,8
Ceará	23,0	16,3	40,5	75,9	148,6
Maranhão	-216,8	-190,2	-159,5	26,4	16,1
Paraíba	-570,5	-5423,5	-1322,7	-131,9	75,6
Pernambuco	4,9	-60,4	-55,9	-1235,4	7,4
Piauí	81,6	172,5	-34,4	-142,2	-120,0
Rio Grande do Norte	-28,4	73,2	108,6	482,0	48,4
Sergipe	83,0	119,1	16,9	-79,7	-85,8
Região Centro-Oeste	-55,9	-52,9	-47,8	14,6	9,7
Distrito Federal	-32,0	287,9	196,8	714,7	-31,6
Goiás	7,0	9,8	28,7	310,0	193,0
Mato Grosso	-284,9	-922,8	-15512,0	-5345,2	-1580,9
Mato Grosso do Sul	-167,9	-452,5	-614,7	-266,2	-35,8
Região Sudeste	96,1	79,2	42,5	-55,8	-46,4
Espírito Santo	-16,4	-151,9	-209,9	-1176,8	-38,2
Minas Gerais	107,9	81,0	54,2	-49,8	-33,1
Rio de Janeiro	158,3	155,1	98,5	-37,8	-36,5
São Paulo	73,8	35,5	-17,8	-124,1	-150,1
Região Sul	64,5	15,9	-19,8	-130,7	-224,2
Paraná	72,6	-1400,4	-5443,2	-7583,8	-288,1
Santa Catarina	-78,2	-142,7	-132,5	-69,3	7,2
Rio Grande do Sul	145,1	135,4	92,0	-36,6	-32,1
Total Brasil¹	42,7	22,6	-2,3	-105,3	-110,0

Fonte: BCB.

Nota: ¹ Refere-se ao somatório de todas as regiões.

Obs.: Situação fiscal: IVF < 10 = ótima; 10 < IVF < 20 = muito boa; 20 < IVF < 40 = boa; 40 < IVF < 60 = neutra; 60 < IVF < 80 = fraca; 80 < IVF < 100 = muito fraca; e IVF > 100 = crítica.

